

EDITORIAL

Prezados(as) leitores(as),

Em um cenário marcado pela crescente complexidade das políticas públicas e por demandas cada vez mais legítimas da sociedade por transparência, efetividade e responsabilidade na gestão dos recursos públicos, os órgãos de controle são chamados a ampliar continuamente sua capacidade de compreender, avaliar e aperfeiçoar a ação estatal. O controle externo contemporâneo não se limita à verificação da conformidade legal e contábil dos atos administrativos. Ele se projeta, cada vez mais, como instrumento de indução à boa governança, à melhoria dos serviços públicos e à geração de valor para a sociedade.

É nesse contexto que apresentamos a 7ª edição da Revista do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, composta por estudos que refletem a evolução do controle externo brasileiro e sua crescente capacidade de dialogar com temas que afetam diretamente a vida dos cidadãos.

A edição é inaugurada por uma análise sobre a atuação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) diante do déficit de vagas no sistema prisional, um dos desafios mais complexos da administração pública contemporânea. O estudo evidencia como a fiscalização exercida pelos tribunais de contas pode avançar não apenas para a observância da legalidade, mas também para a efetividade das políticas públicas e para a garantia de direitos fundamentais. Ao abrir esta edição com tal reflexão, a Revista destaca uma importante tendência do controle externo moderno: a ampliação do olhar sobre problemas estruturais que demandam soluções articuladas, sustentáveis e orientadas a resultados.

Na sequência, os trabalhos aprofundam o debate sobre temas centrais para o fortalecimento das instituições públicas. Os artigos que tratam da transparência pública e da comunicação pública e consciência fiscal abordam elementos indispensáveis à construção de uma gestão mais aberta, participativa e conectada às expectativas da sociedade. Os estudos apresentados demonstram que o controle e a *accountability* dependem não apenas de instrumentos formais de fiscalização, mas também da promoção de uma cultura de informação, diálogo e participação cidadã.

Os demais trabalhos abordam diferentes perspectivas relacionadas à atuação dos órgãos de controle na avaliação de políticas públicas, diante da impositiva reorganização institucional; bem como à contribuição de processos de fiscalização de atos de pessoal para a compreensão das políticas municipais de segurança pública. Os artigos também analisam a crescente participação do Poder Legislativo nas decisões orçamentárias, por meio das emendas parlamentares impositivas, e

os impactos institucionais desse movimento sobre os processos de alocação dos recursos públicos. Além disso, discutem os limites do formalismo invalidante na aplicação da Lei nº 14.133/2021, em consonância com o princípio da segurança jurídica nas contratações públicas; e a admissibilidade dos mecanismos consensuais de solução de controvérsias no âmbito da atuação dos órgãos de controle. Embora distintos em seus objetos de estudo, todos convergem para uma preocupação comum: o fortalecimento das capacidades institucionais do Estado e a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

A diversidade temática presente nesta edição reflete a própria evolução do controle externo brasileiro. Cada vez mais, a fiscalização da administração pública dialoga com questões relacionadas ao desempenho governamental, à qualidade do gasto público, à transparência, à inovação institucional e à geração de valor para a sociedade. Trata-se de uma transformação que amplia as possibilidades de atuação dos órgãos de controle e reforça sua contribuição para o aprimoramento das políticas públicas.

Em conjunto, esses trabalhos contribuem para a construção de ambientes institucionais mais eficientes, estáveis e capazes de responder aos desafios da administração pública moderna.

Complementando a seção científica, o trabalho técnico sobre o primeiro ano de implementação do Plano de Logística Sustentável do TCE/SC evidencia que a sustentabilidade vem se consolidando como valor estratégico nas organizações públicas. A experiência compartilhada reafirma a importância do planejamento, do monitoramento de resultados e do compromisso institucional com práticas que gerem benefícios econômicos, sociais e ambientais.

A diversidade e a qualidade dos trabalhos reunidos nesta edição reafirmam a vocação da Revista do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina como espaço de diálogo entre a pesquisa acadêmica, a experiência profissional e a inovação institucional. Ao fomentar a produção e a disseminação do conhecimento técnico-científico, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina fortalece seu compromisso com a qualificação da gestão pública, o aprimoramento do controle externo e o fortalecimento das instituições democráticas.

Em nome do Conselho Editorial, registro meu agradecimento aos autores, pareceristas e colaboradores que participaram da construção desta edição. O empenho e a dedicação de todos são fundamentais para consolidar a Revista como um instrumento de reflexão crítica, de difusão do conhecimento e de promoção das melhores práticas da administração pública.

Que os estudos aqui publicados inspirem novos debates, ampliem horizontes de pesquisa e favoreçam o desenvolvimento de soluções inovadoras em favor de uma gestão pública cada vez mais íntegra, transparente, eficiente, sustentável e orientada à entrega de resultados para a sociedade.

Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior

Presidente do Conselho Editorial

DOI: 10.52028/tce-sc.v04.i07.EDTR



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.